



Comunicado CGIBS/RFB – orientações sobre IBS e CBS em 2026

M



2026 como ano de testes

Contribuintes que cumprirem corretamente as novas obrigações acessórias poderão ficar dispensados do recolhimento de IBS e CBS em 2026.



Pessoas físicas contribuintes

Pessoas físicas que forem contribuintes de IBS e CBS deverão obter inscrição no CNPJ a partir de 01/07/2026. A inscrição no CNPJ não transforma a pessoa física em jurídica.



Fundos de Compensação de Benefícios Fiscais

A partir de 01/01/2026, titulares de benefícios fiscais onerosos de ICMS poderão requerer, via e-CAC, habilitação, por meio de formulário eletrônico no Sisen (um pedido para cada benefício passível de compensação).



Documentos fiscais eletrônicos e novas obrigações

A partir de 01/01/2026
*Com exigência de informações relacionadas ao IBS e a CBS

Aguardando definição de data de vigência, a ser divulgada em notas técnicas ou atos conjuntos do CGIBS e da RFB

NF-e	DF-e com leiaute já aprovado:	DF-e com leiaute em construção:	Declarações/documentos de plataformas digitais:	Fatos geradores hoje sem documento fiscal
NFC-e	■ NF-ABI (alienação de bens imóveis)	■ NF-Gás	■ Serão criados documentos fiscais específicos para plataformas digitais, com leiaute e cronograma ainda a serem definidos – ponto de atenção para marketplaces e demais intermediadores.	passarão a constar em documentos eletrônicos com destaque para IBS e CBS, conforme leiaute e vigência a serem definidos por ato conjunto do CGIBS e da RFB.
CT-e	■ NFAg (água/saneamento)	■ DeRE, voltada a regimes específicos (instituições financeiras, planos de saúde, seguros, previdência, consórcios etc.)		
CT-OS	■ BP-e Aéreo.			
NFS-e				
NFS-e Via				
NFCom				
NF3e				
BP-e				
BP-e TM				

As notas técnicas emitidas pelo ENCAT ainda não definiram o prazo para início da exigência dos novos leiautes para esses documentos.